Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

LACERDISMO
Uma breve exploração do conceito

LACERDISMO
A brief exploration of the concept

*MARIANA DIAS ANTONIO**
*RENAN RAMOS CHAVES***

RESUMO: O papel e visibilidade de Carlos Lacerda em episódios-chave da política brasileira no século XX, seu amplo uso dos meios de comunicação e seu carisma despertavam emoções ambíguas no eleitorado ao longo de sua vida pública, resultando no assim chamado *lacerdismo*. Todavia, fenômenos sociais baseados no carisma podem ser problemáticos frente à multiplicidade de papéis e estratégias de navegação política e social de um indivíduo na diacronia histórica. Por este motivo, empreendemos uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de *lacerdismo* para apresentar duas formas possíveis e não exclusivas de abordar o assunto: uma baseada na identificação pessoal com o líder e outra baseada em certa deontologia política e econômica.

Palavras-chave: Lacerdismo, Carlos Lacerda, Udenismo.

ABSTRACT: The role and visibility of Carlos Lacerda in key episodes of Brazilian politics in the 20th century, his widespread use of media and his charisma unleashed ambiguous emotions in the electorate throughout his public life, resulting in the so-called *lacerdismo*. However, charisma based social phenomena can be problematic in view of the multiplicity of roles and strategies of political and social navigation of an individual in the historical diachrony. For this reason we undertook a brief literary review on the concept of *lacerdismo* to present two possible and non-exclusive ways of approaching the subject: one supported by the personal identification with the leader and another supported by a certain political and economic deontology.

Keywords: Lacerdismo, Carlos Lacerda, Udenismo.

* Doutora e mestra em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em História pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson. Membro dos grupos de pesquisa "Arte, Memória e Narrativa" (AMENA/UFPR) e "Cinema, análise fílmica e experiência intelectual" (CineArte/UAM). E-mail: mariana.diasant@gmail.com

** Especialista em Administração Pública (CESUMAR) e em Sociologia e Ensino de Sociologia (CEUCLAR). Servidor técnico-administrativo da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Câmpus Experimental de São João da Boa Vista. E-mail: r.ramoschaves@gmail.com

Introdução

O atual cenário de polarização política tem inspirado a retomada de contextos anteriores, seja como ilustrações ou guias para a análise do nosso tempo. Nessas retomadas, é comum que alguns conceitos surjam como autoevidentes, carecendo do devido escrutínio. Para o jornalista ou analista político contemporâneo, o problema repousa no uso indevido do léxico disponível, criando ruído sobre as apresentações de tempos idos aos seus leitores. Para o historiador, a delimitação imprecisa de um fenômeno político capilarizado na imprensa, na sociedade e na produção documental dos três Poderes da República pode interferir nos processos de crítica documental, também alterando nossas leituras do passado. Em ambos os casos, certos anacronismos podem emergir dessa importação conceitual, do passado para o presente (BARROS, 2016).

Cientes desses ruídos e diante da ascensão de lideranças carismáticas auto e heteroidentificadas como conservadoras, empreendemos um breve levantamento bibliográfico sobre o conceito de *lacerdismo* para verificar como esse conceito tem sido trabalhado na historiografia brasileira. Iniciamos com uma sucinta biografia de Carlos Lacerda para então apresentarmos algumas definições de *lacerdismo* encontradas na literatura. Atentamos que o conceito é trabalhado com graus variados de centralidade na produção analisada, geralmente vinculando-se à própria biografia de Lacerda, ao seu uso dos meios de comunicação, à sua vida política e administrativa, ou de maneira comparada à atuação de outras lideranças políticas nacionais na segunda metade do século XX.

Uma breve biografia de Carlos Lacerda

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro em 1914 e foi registrado em Vassouras. Sua família possuía considerável tradição política, congregando advogados, escritores, políticos, magistrados, além de laços com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e certos ideais socialistas (DULLES, 1992; MENDONÇA, 2002).

Lacerda possuía grande apreço e curiosidade por Línguas, Literatura, História, Política e Teatro, além de certa facilidade para a oratória, tendo iniciado sua carreira jornalística em 1930[1], no *Diário de Notícias*, auxiliando Cecília Meireles (DULLES, 1992; LACERDA, 1978). Em 1932 o, jornalista ingressa na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e se vincula a um grupo liderado por professores marxistas (DULLES, 1992; MENDONÇA, 2002). Em suas próprias palavras:

> Nessa ocasião, verifiquei duas coisas: primeiro, que eu era contra a ordem jurídica vigente; segundo, que a advocacia era uma profissão muito estranha porque os casos que me interessavam não davam dinheiro e os casos que

1 Mendonça (2002) aponta que a carreira jornalística teria se iniciado no *Correio de Vassouras* e que teria ingressado no *Diário de Notícias* em 1929. Laurenza (1998) é concordante quanto ao ingresso de Lacerda no *Diário de Notícias* em 1929.

> davam dinheiro não me interessavam. Então resolvi largar a Faculdade de Direito (LACERDA, 1978, p. 35).

Sua antipatia a Getúlio Vargas é demonstrada já no início da década de 1930, quando se aproxima das atividades do PCB, e com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. No final de década de 1930, Lacerda passou a colaborar em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, onde mais tarde ocupou cargo de secretário de redação. Ao mesmo tempo colaborou com a revista de Samuel Wainer, *Diretrizes*, criada no auge do período ditatorial varguista (LAURENZA, 1998; MENDONÇA, 2002). *Diretrizes* foi fundada em abril de 1938 por Wainer e Antônio José de Azevedo Amaral, um influente intelectual da época (LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002).

Lacerda se afasta dos grupos de esquerda em 1939 e, aos poucos, passa a se alinhar a ideais conservadores. Segundo relatos, tal afastamento não fora necessariamente intencional. Tudo teria começado quando Lacerda publicou, de maneira anônima, a matéria *A Exposição Anti-communista* na edição de janeiro de *O Observador Economico e Financeiro* que, segundo ele, partira de um acordo junto ao PCB (DULLES, 1993; LACERDA 1978; LAURENZA, 1998; MENDONÇA, 2002; PEREZ, 2007).

Dulles (1992) traz o relato mais visceral do caso. Olímpio Guilherme, editor de *O Observador Economico e Financeiro*, teria relatado que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desejava publicar um estudo histórico sobre o PCB, mas que Lacerda provavelmente não teria interesse em escrevê-lo por ter ligações com o partido. Adiante, no apartamento de Samuel Wainer, Lacerda comentara com colegas que Olímpio Guilherme cogitara chamar um escritor ferrenhamente anti-comunista para tal. Em vista da possibilidade de que Heitor Muniz ou Odete de Carvalho e Sousa escrevessem um artigo nocivo ao partido, Octávio Malta teria consultado a direção do PCB para avaliar a situação e, dias depois, Lacerda fora orientado a aceitar o trabalho para demonstrar que "*[...] o comunismo não representava perigo algum para o Brasil e que, portanto, as medidas de repressão eram desnecessárias*" (DULLES, 1992, p. 61). O texto publicado retrata um partido com tendências ao exagero e superestimação das próprias forças, afastado da realidade.

> O desenvolvimento da idéa e da acção communista no Brasil é uma constante lição e uma advertência permanente [...]. O governo soube aproveitar essa lição e contrarrestar essa advertencia. O Brasil não se tornou presa das forças de subversão da ordem social, e está prompto para resistir a qualquer nova tentativa, notadamente pela sua luminosa legislação trabalhista que afastou o operario da miragem moscovita e pelo cuidado com que saneou a direcção dos syndicatos trabalhistas (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, 1939, p. 152).

O suposto objetivo possivelmente fora alcançado, uma vez que Lacerda dedica considerável massa textual à suposta ineficiência, ineficácia e incapacidade do partido em alcançar uma revolução. Antes da publicação, o texto teria sido lido e discutido por Octávio Malta e Astrojildo Pereira, ex-líder do PCB, que teria considerado-o razoável. Segundo Dulles (1992), foram poucas as alterações após a revisão editorial. Todavia, a receita de Lacerda pode não ter agradado os dirigentes do PCB, uma vez que os

juízos de valor tecidos para sustentar o argumento podem ter atingido a honra de partidários e filiados.

A publicação transformaria Lacerda numa espécie de traidor do PCB sob a acusação de ter citado o nome de integrantes do partido e assim contribuído para a prisão e tortura desses (LAURENZA, 1998). O texto de fato cita os nomes de Luís Carlos Prestes, Harry Berger (codinome de Arthur Ernst Ewert), Machla Lenczyscki (codinome de Elisa Saborowski Ewert), Humberto Droz, Leon Jules Valée, Victor Allan Baron e Rodolfo Ghioldi. Entretanto, todos os supracitados membros do partido já haviam sido presos e/ou torturados em situações anteriores, não havendo relação direta entre suas perseguições e a publicação de Lacerda (LAURENZA, 1998; MENDONÇA, 2002), o que não a isenta de problemas quanto à eventual legitimação da perseguição e tortura desses indivíduos perante o público leitor. Mendonça (2002) aponta que o episódio permanece nebuloso até hoje, uma vez que o PCB sempre negou o fato. Dulles (1993) traz uma narrativa complementar sem citar documentação oficial do partido, de modo que o caso permanece em aberto.

Em fevereiro de 1945, Lacerda publicou *A situação nacional - entrevista com o ministro José Américo de Almeida* no *Correio da Manhã*, onde o candidato das eleições frustradas de 1938 defendeu a volta da democracia. O episódio contribuíra para diversas manifestações contra Vargas e a entrevista é rememorada como uma das responsáveis pela derrocada do Estado Novo. Em 1949, Lacerda foi demitido do *Correio da Manhã* e fundou o *Tribuna da Imprensa*, jornal de forte posicionamento antigetulista e quase homônimo à sua coluna *Na Tribuna da Imprensa*, do *Correio da Manhã* (DULLES, 1992; LACERDA, 1978; LAURENZA, 1998; MENDONÇA, 2002; PEREZ, 2007).

Dois anos mais tarde, por vias democráticas, Vargas retorna ao posto máximo do Poder Executivo nacional e auxilia Samuel Wainer a fundar o jornal *Ultima Hora* como uma espécie de plataforma de apoio a si e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já nesse período, os ex-colegas Lacerda e Wainer contavam com certo histórico de conflitos políticos que passaram a se intensificar nas páginas dos dois jornais. Em 1953, ocorre uma das piores disputas entre os dois jornalistas, quando Lacerda acusa Wainer de adquirir empréstimos ilícitos para fundar seu jornal (LAURENZA, 1998). Após intensas acusações e ofensas trocadas entre Lacerda e Wainer, *Tribuna da Imprensa* e *Ultima Hora*, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada, funcionando entre junho e novembro de 1953, com um total de 44 sessões públicas e 27 testemunhas ouvidas. A CPI foi ampliada para todos os periódicos que circulavam na época e supostamente recebiam subsídios do governo federal, desdobrando-se em duas investigações (GUIMARÃES, 2011; LAURENZA, 1998). É necessário apontarmos o apoio das parcelas mais consagradas e tradicionais da imprensa brasileira a Lacerda nesse contexto, o que criou uma disputa assimétrica e uma farta massa documental contra o *Ultima Hora* entre as fontes jornalísticas produzidas na época, apesar de a narrativa mais ou menos heroica de Wainer ser a mais replicada na atualidade (Cf. MORAIS, 1994).

O caso é apenas um entre vários onde nota-se o amplo uso dos veículos de comunicação e da retórica virulenta de Lacerda para a destruição de desafetos e opositores políticos, entre os quais somam-se eventos vinculados ao suicídio de Getúlio Vargas, a tentativa de barrar a posse de Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de barrar a posse de João Goulart e o golpe civil-militar de 1964 (BENEVIDES, 1981; DULLES, 1992; 2000; MENDONÇA, 2002; LACERDA, 1978). Desses episódios emerge a alcunha "Demolidor de Presidentes" e suas variações: "*demolidor de governos*", "*destruidor de conseitos [sic]*", "*aniquilador de homens públicos*" (DUARTE, 1963); "*destruidor de governos*" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965); "*derrubador de presidentes*" (PEREZ, 2007); e ""*tombeur de présidents*" (MENDONÇA, 2002). Apesar da variação lexical, o conceito sempre remete a Lacerda como oposicionista ferrenho na política nacional.

Além de "Demolidor de Presidentes", Lacerda também costuma ser abordado como "Construtor de Estado". Seu histórico relativamente curto na esfera politico-administrativa contempla um curto período como vereador (1947-1948) e como deputado federal (1955-1960), eleito em 1954 como o mais votado do Rio de Janeiro. Em 17 de maio de 1960, o jornalista é convidado pela União Democrática Nacional (UDN) para ser candidato ao governo do estado da Guanabara[2]. Como forma de rebater a imagem de tribuno violento e combativo, Lacerda fora aconselhado a evitar ataques violentos a outras figuras políticas e focar seu plano de governo em educação, mobilidade urbana, saúde e abastecimento de água. Para além dessas linhas de atuação, obras de infraestrutura urbana receberam especial atenção. Lacerda foi eleito com 35,7% dos votos válidos e governou a Guanabara entre dezembro de 1960 e outubro de 1965, com uma gestão marcada pela racionalização da administração, grandes obras públicas e polêmicas (DULLES, 1992; 2000; MOTTA *et al.*, 2004; PEREZ, 2007).

De vinculação direta a Lacerda e suas duas identidades políticas emerge o conceito de *lacerdismo* na política nacional do século XX. A literatura nos apresenta diversas definições possíveis do conceito, nem sempre consensuais. Em busca de uma definição operacional, recorremos a alguns estudos que trazem o conceito como preocupação central ou tangencial a outros assuntos.

O lacerdismo como problema

O segundo semestre de 1965 é de especial interesse e efervescência política em torno de Carlos Lacerda, uma vez que o político e jornalista se mobilizava para a disputa eleitoral à presidência da República, ainda que a Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, já tivesse prorrogado o mandato de Humberto de Alencar Castello Branco até 15 de março de 1967. As eleições presidenciais previstas para 3 de outubro de 1965 foram postergadas para 15 de novembro de 1966 e o Ato Institucional

2 O estado da Guanabara surge com a Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960, compreendendo os mesmos limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal. A extinção do estado da Guanabara ocorreu em 1975, com a Lei Complementar nº 20 de 1º de julho de 1974. A fusão com o estado do Rio de Janeiro se deu em 15 de março de 1975.

nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República, frustrando expectativas de diversos setores políticos e sociais.

Nesse contexto, Gláucio Ary Dillon Soares (1965) publicou *As bases ideológicas do lacerdismo*, pesquisa que traz como preocupação central o discurso de que os partidos políticos brasileiros seriam destituídos de conteúdo ideológico e a política nacional orbitaria em torno de líderes carismáticos, resultando numa visão personalista e individualista da política. O autor também destaca o preconceito de considerar como não ideológicos os sistemas ecléticos ou contraditórios de crenças, resultado de certa confusão entre ideologia e ortodoxia ou coerência lógica.

> Embora um certo número de crenças esparsas não constitua uma ideologia, e embora um certo grau de logicidade e sistematização seja necessário para caracterizar uma ideologia, não é concebível exigir uma coerência total e uma sistematização completa [...]. Se assim fôsse, chegaríamos à conclusão de que não há, nem houve em tempos históricos, nem mesmo no plano puramente formal, um só exemplo de ideologia que satisfaça integralmente êstes critérios (SOARES, 1965, p. 49-50).

A passagem enfatiza o aspecto probabilístico e multivariado das ciências sociais. A crença na dominação carismática pura, independente da filiação partidária e outras formas vínculos sociais, é atentatória ao próprio conceito de "tipo ideal", uma vez que destitui tais abstrações teóricas de seu real propósito. Conforme Weber:

> [...] a tipologia sociológica oferece ao trabalho histórico empírico somente a vantagem [...] de poder dizer, no caso particular de uma forma de dominação, o que há nele de "carismático", de "carisma hereditário", de "carisma institucional", de "patriarcal", de "burocrático", de "estamental", etc., ou seja, em quê ela se aproxima de um destes tipos, além de trabalhar com conceitos razoavelmente inequívocos. Nem de longe se cogita aqui sugerir que toda a realidade histórica pode ser "encaixada" no esquema conceitual desenvolvido [...] (WEBER, 2012, p. 141-142).

Para Soares (1965, p. 55), "*[...] é inconcebível pretender caracterizar o personalismo político e a liderança carismática em um vácuo social*". Discursos sobre o suposto vazio ideológico na política o motivaram a encarar o fenômeno como caricato e sem comprovação empírica, a qual buscou empreender com o caso pontual do *lacerdismo*. Soares se apoia em duas pesquisas: uma realizada em setembro de 1960 com mais de 3000 eleitores inscritos no Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara (amostra aleatória); e outra realizada no início de 1964, com 1329 candidatos ao exame vestibular do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em São José dos Campos, São Paulo. A atenção às preferências, probabilidades, tendências e correlações resulta em observações sobre as bases socioeconômicas e ideológicas do *lacerdismo*.

No âmbito socioeconômico (dados de 1960), haveria uma correlação positiva entre os estratos mais altos e os candidatos e partidos conservadores, assim como uma correlação positiva entre os estratos mais baixos e os candidatos e partidos reformistas. A composição socioeconômica dos eleitores de Carlos Lacerda (UDN) em 1960 seria bem mais alta que a dos apoiadores de outros candidatos, perdendo-

se apoio, de modo progressivo, conforme baixa-se o estrato socioeconômico. Nesse cenário eleitoral, tanto Lacerda quanto Tenório Cavalcanti, do Partido Social Trabalhista (PST), caracterizavam candidaturas de classe. O personalismo e o carisma também revelam raízes de classe no contexto analisado, havendo maior adesão ou repulsa de certos estratos a candidatos com determinadas características. De maneira não redutível à situação de classe, mas cumulativa a esta, a consciência de classe também engendrava as mesmas tendências no contexto de 1960 (SOARES, 1965).

No âmbito ideológico (dados de 1964), haveria uma correlação positiva entre ideais anti-intervencionistas, de liberalismo econômico absoluto, e o apoio fervoroso a Lacerda. Este apoio baixa progressivamente conforme muda-se o enquadramento para um estado fiscalizador, socializante ou comunizante. Entretanto, o autor nota rejeição dos vestibulandos do ITA quanto aos dois extremos (liberalismo absoluto e comunismo absoluto) devido à alta recusa em responder a estas questões. Soares (1965) pontua que a alta adesão dos liberais absolutos ao *lacerdismo* não implica numa relação direta entre o apoio a Lacerda e a defesa do liberalismo irrestrito, e atenta que cerca de 59% dos defensores de posições socializantes estariam de acordo com ideias e ações de Lacerda, embora os lacerdistas fervorosos não chegassem a 10% do grupo, de modo que a correlação entre as formas de apoio e suas bases ideológicas talvez sejam melhor apresentadas como questões de tendência e magnitude. As eventuais incongruências entre a defesa de posição econômica e o apoio ao candidato também poderiam ser explicados por mecanismos psicológicos, como a compartimentalização de informações. No âmbito ideológico haveria também uma correlação positiva entre o *lacerdismo* e posições favoráveis ao capital estrangeiro, cabendo-se observações semelhantes àquelas sobre o papel do Estado (alta rejeição dos vestibulandos às posições extremas). Conclui o autor:

> Assim sendo, tanto as bases sociais quanto o conteúdo ideológico do Lacerdismo são bastante semelhante às bases sociais e ao conteúdo ideológico de partidos e personalidades conservadoras, tanto no Brasil como em outros países. Portanto, o Lacerdismo deve ser encarado como um caso particular de um fenômeno mais geral. Assim sendo, a explicação sociológica do Lacerdismo, *enquanto fenômeno social*, não requer o desenvolvimento de uma teoria especial: o Lacerdismo se enquadra perfeitamente dentro de quadros explicativos mais amplos, dentro de teorias que analisam e descrevem o conservadorismo político (SOARES, 1965, p. 69-70).

Marly Silva da Motta se apoia nas análises de Soares para apresentar a disputa ao governo da Guanabara em 1960 como polarizada e marcada por cisões entre pobres e ricos, nacionalistas e entreguistas. *Grosso modo,* os dois capítulos em que a autora aborda o *lacerdismo* no livro *Política Carioca em Quatro Tempos*[3] apresentam o fenômeno a partir de quadros antitéticos. A autora situa cisões de bases eleitorais; a polarização entre PTB e UDN, Carlos Lacerda e Leonel Brizola, *lacerdismo* e *brizolismo*; e a comparação entre as estratégias políticas de Carlos Lacerda e Chagas

3 Respectivamente: *Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro* (p. 89-100), e *Eleições em tempos de polarização* (p. 133-162). Na mesma obra, ver também o capítulo *Eleições em tempos de mudança: o campo político carioca entre o carisma e a rotina* (p. 163-184), de Carlos Eduardo Sarmento.

Freitas, *lacerdismo* e *chaguismo*. Ao examinar Lacerda e Brizola, a autora situa traços comuns de forte liderança carismática e nítidas identificações ideológicas, apesar de opostas entre si. Quanto a Lacerda e Chagas Freitas, ganham ênfase o personalismo e carisma do primeiro (MOTTA *et al*., 2004), mas suas estratégias políticas foram centrais em artigo anterior.

Em *Frente e Verso da Política Carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo*, Motta (1999) apresenta os dois políticos como pontos de referência na memória carioca para elementos de sua cultura política, entendida como um sistema de representações fundado sobre uma visão de mundo e do passado histórico, que se expressa através de discursos, símbolos e rituais e orienta padrões e formas de atuação política. A cidade do Rio de Janeiro apresentaria um campo político com duas faces, voltadas ao nacional e ao local, à política ampla e à miúda, num convívio tenso e ambíguo. Para atender às duas faces, algumas estratégias políticas se apresentam igualmente viáveis e diametralmente opostas, manifestas nas duas figuras paradigmáticas escolhidas pela autora.

A primeira distinção entre Lacerda e Chagas Freitas se daria no âmbito discursivo: o primeiro se caracteriza pela retórica de conquista e inflamação das massas (tribuno); o segundo pelo debate como mediação entre iguais (articulador). A trajetória de ambos os personagens se constrói entre a política e o jornalismo, sobretudo pela posse de jornais que forneciam sustentação às suas ideias e campanhas, explicitando ainda mais as diferentes estratégias discursivas. Para além dos discursos, a atenção e dedicação para determinados assuntos políticos também permite que a autora prossiga com as antíteses. Lacerda se dedicava à política turbulenta, marcada pelas grandes crises e movimentações, capaz de levar à rápida ascensão ou destruição; Chagas Freitas buscava uma política cotidiana e rotineira, com formação de alianças e negociação de interesses, marcada pela (auto)preservação e construção conjunta. Apesar disso, Lacerda apresenta momentos de repaginação de sua imagem pública, como na campanha eleitoral para o governo da Guanabara, quando buscou demonstrar aptidão à política rotineira sem perder de vista a imagem do novo estado como ex-capital federal, local privilegiado dos grandes debates e embates políticos (MOTTA, 1999).

Outra distinção apontada por Motta (1999) residiria no emprego de uma identificação pessoal ao líder carismático, no caso do *lacerdismo*; e à gestão de acesso aos bens públicos através da máquina político-administrativa, redes clientelistas e estabelecimento de obrigações recíprocas, no caso do *chaguismo*. Para a autora, a construção do carisma em Lacerda deriva de sua oratória que, aliada a outros elementos de sua estratégia política, permitiu a personalização da administração em torno de sua imagem, reforçando o sentimento de identificação e proximidade de certos setores políticos e populares com o líder carismático. Entre as principais características do *lacerdismo*, Motta (1999) elenca: forte apelo ao carisma, sobretudo decorrente da oratória combativa e inflamada; forte personalização das questões políticas que retroalimenta a afinidade do público com o líder; e priorização das questões nacionais

às locais, da grande política à política miúda, das grandes crises à política cautelar e à formação de alianças.

Quadros antitéticos também são empregados por Jorge Chaloub (2013) em *Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito*. O autor não trata necessariamente do *lacerdismo*, preferindo enfocar duas formas distintas e coexistentes de *udenismo*, apresentadas a partir de figuras políticas exemplares: um *udenismo pedagógico*, representado por Afonso Arinos de Melo Franco; e um *udenismo conflitivo*, representado por Carlos Lacerda. A atenção do autor repousa em duas questões: o papel do conflito e o papel das elites no jogo político. Assim como fizera Benevides (1981) em seu estudo canônico, Chaloub (2013) é cuidadoso em distinguir a UDN e o *udenismo*, apresentado como um estilo específico de liberalismo brasileiro, marcado por tensões e divergências, que ultrapassava os órgãos formais do partido e se apresentava em outras facetas da política nacional. A opção por esquadrinhar *udenismos* ao invés de *lacerdismo* também é concordante com a autora, cabendo-nos observar que a análise da cientista política é mais ampla e visceral, mas sua tese das várias UDNs[4] também é abordada por Chaloub.

O autor situa alguns elementos que garantiriam a unicidade do *udenismo*, entre os quais "*[o] elitismo, o moralismo, a visão policial da política, o bacharelismo e o golpismo [...]*" (CHALOUB, 2013, p. 297), este último entendido como autoritarismo instrumental e transitório, necessário à manutenção da democracia contra a suposta corrupção das instituições. As incongruências e cisões internas não seriam características apenas do *udenismo*, mas comuns às ideologias, explicando a conjugação de referências liberais e antiliberais sem uma infidelidade teórica ao próprio liberalismo. Observação semelhante é feita quanto às dissonâncias entre discurso e prática política, mesmo reconhecendo-se que tal prática também se marca pelo uso dos discursos.

> O udenismo [...] constituía uma ideologia de constante contestação à ordem, percebida como ilegítima. Vício esse decorrente da inaptidão das massas para o sufrágio direto, que os levava a escolher os menos adequados às funções de governo, em detrimento daqueles que, por tradição e caráter, eram naturalmente voltados para o exercício do poder, os udenistas. Ante um governo ilegítimo, legítimas eram todas as ações destinadas a derrubá-lo e desestabilizá-lo. A superioridade das tradicionais elites as permitia vislumbrar os desvios praticados pelo povo, que por sua inerente miopia era incapaz de percebê-los (CHALOUB, 2013, p. 300).

Dentro desse suposto panorama consensual, a vertente representada por Afonso Arinos (*udenismo pedagógico*) traz uma visão da atividade política que engloba o trabalho teórico (postura idealista), com uma forte tradição bacharelesca; enquanto a vertente representada por Carlos Lacerda (*udenismo conflitivo*) traz uma visão da atividade política mais voltada à prática (postura pragmática). Há reflexos dessas visões nos modos de atuação política: o *udenismo pedagógico* traz um apelo à moderação e ao compasso entre mudança e tradição, evitando-se os extremismos e as

4 Enquanto Chaloub (2013) enfoca um *udenismo pedagógico* e um *udenismo conflitivo*, Benevides (1981) aborda a UDN a partir de partidos menores, veículos de imprensa e setores militares que lhe davam sustentação política, além de linhas distintas de atuação que coexistiram no partido, elencando a "banda da música" e a "bossa nova", legalistas e golpistas, históricos e realistas, etc.

rupturas, vistas como excepcionais, instrumentais e transitórias; o *udenismo conflitivo* traz a ruptura como tônica, a exceção como remédio para oscilações da normalidade e as elites esclarecidas como dirigentes de massas suscetíveis à passionalidade e incapazes de arbitrar seus próprios interesses (CHALOUB, 2013).

Nota-se a subtração, ainda que matizada, de duas características apresentadas como basilares do *udenismo* amplo no que se refere ao *udenismo conflitivo*. Chaloub (2013) minimiza o papel instrumental e transitório do autoritarismo e a tradição bacharelesca, o que parece situar essa vertente como uma linha dissidente ou impura do *udenismo* propriamente dito. Todavia, o autor permanece concordante com Benevides (1981, p. 249), trazendo Lacerda como figura paradigmática que "*defendia o golpe para evitar o golpe por via eleitoral*". Tais considerações parecem se confirmar com a única ocorrência do termo *lacerdismo* em seu texto, empregado como sinônimo do *udenismo conflitivo* e situando Lacerda enquanto líder carismático. Esse *lacerdismo* é apresentado como "*[...] corrente autônoma no seio da UDN*" (CHALOUB, 2013, p. 301).

Em texto mais recente, Chaloub (2018) reconhece o sucesso crescente do *udenismo conflitivo* e a progressiva identificação do *udenismo* com o *lacerdismo* no imaginário carioca, podendo-se dizer que a linha impura se tornava hegemônica. O autor sintetiza a trajetória política de Lacerda e ressalta pontos semelhantes aos já apresentados, preferindo os termos "lacerdistas" e "bacharéis" para caracterizar as duas correntes, e é cuidadoso ao amparar as ações e ideias de Lacerda à sua trajetória e às situações concretas com as quais se defrontara. A partir de episódios-chave dessa trajetória política, evidencia-se que o *lacerdismo* precisaria se opor a algo para existir, e esse algo se materializava sobremaneira em Vargas, no trabalhismo e no comunismo, levando a um cenário maniqueísta de bem e mal absolutos. Não obstante, sua gestão centralista e personalista à frente do governo da Guanabara teria evidenciado suas tendências autoritárias e a preferência por um Poder Executivo forte. Retornamos assim às duas formas canônicas de se abordar Carlos Lacerda na literatura: o "Demolidor de Presidentes" e o "Construtor de Estado". Noutro texto recente, o autor apresenta os usos políticos atuais do termo, calcados numa espécie de caricatura conveniente para atingir os interlocutores:

> A imagem do Lacerda "construtor de estado" é, todavia, menos influente no imaginário político nacional do que a do "demolidor de presidentes", esta a faceta responsável por incorporar o termo "lacerdismo" no vocabulário da política nacional. O político tornou-se o arquétipo perfeito da oposição intransigente, dotada de uma retórica inflamada de tintas moralizantes, caracterizada pelo amplo uso da mídia e disposta a utilizar de todos os meios para chegar ao poder. Em meio à disputa política, que evidentemente não busca a precisão dos trabalhos acadêmicos, mas pretende, sobretudo, mobilizar e convencer seus interlocutores, o vocábulo é usualmente utilizado como acusação política, que sugere a prática de um denuncismo irresponsável e sem fundamento, manipulado com o intuito de desrespeitar resultados eleitorais e, ao fim, justificar golpes de Estado. Por ter Lacerda se destacado como face mais visível e conhecida da UDN, as palavras "lacerdismo" e "udenismo" são quase sempre sinônimos quando utilizados no embate político (CHALOUB, 2019, p. 37).

Se por ora caímos no amplo uso da mídia, o texto *Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964)*, de Márcio de Paiva Delgado, é de especial interesse. Delgado (2006) busca explicar a estratégia lacerdista também pelo acesso aos meios de comunicação, reduzindo assim o peso da oratória pura como elemento de construção do carisma. A posição privilegiada de Lacerda como proprietário, diretor e editor do *Tribuna da Imprensa* é o primeiro objeto de interesse, mesmo sem ser algo tão distintivo, como já apontado quanto a Chagas Freitas. Sua trajetória jornalística e seus cargos políticos garantiriam também certa penetração em veículos como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *O Cruzeiro*, além de emissoras de rádio e televisão (DELGADO, 2006).

No período entre 1953 e 1954, há uma progressiva inserção de Lacerda na imprensa, sobretudo com a campanha contra o *Ultima Hora* e Getúlio Vargas. Lacerda transita principalmente entre *Tribuna da Imprensa*, *Rádio Globo* e *TV Tupi*, além contar com textos de apoio junto aos *Diários Associados* e *O Globo* (DELGADO, 2006; Cf. MORAIS, 1994). Para o autor, o *lacerdismo* surge nesse contexto de crise institucional que levou Vargas ao suicídio, mas se torna hegemônico na UDN durante a campanha presidencial de Jânio Quadros. O conturbado cenário político à época também congrega diversas crises potencializadas pela atuação da imprensa, que tornava públicas as instabilidades e divulgava denúncias e defesas golpistas e legalistas. Delgado (2006) se apoia em Marina Gusmão de Mendonça (2002), para quem Lacerda se aproveitava das crises para se apresentar de forma providencial. Para além da historiadora, o autor defende que Lacerda buscava fomentar as crises para ampliar seu capital político.

Esse fenômeno, que congregava uma enfática campanha de oposição e o amplo uso de veículos de comunicação, contava ainda com outros aparatos institucionais, como o Clube da Lanterna[5] e setores da UDN carioca, essenciais na inserção direta de Lacerda no jogo político e interessados em sua ampla aceitação pública. Não obstante, Delgado (2006) demarca o crescimento do *lacerdismo* no interior da UDN como consequência de seu crescimento externo, junto ao eleitorado. Para o autor, a venda do *Tribuna da Imprensa* em 1962 caracteriza um ponto de transcendência do *lacerdismo*: o jornal deixa de pertencer a Lacerda, mas permanece apoiando-o, confirmando assim o crescimento e dispersão do fenômeno. Enfim, Delgado (2006) sintetiza *lacerdismo* como uma corrente radical no seio na UDN, marcada pelo uso instrumental e ostensivo de um discurso moralista, anticomunista e antigetulista.

Algumas biografias de Carlos Lacerda também comentam o fenômeno. O próprio Lacerda (1978) arrisca uma definição formal, atentando ao fato de que

5 A nomeação de João Goulart ao Ministério do Trabalho por Getúlio Vargas amplia o descontentamento de diversos grupos sociais com o governo federal. Nesse contexto, a oposição intensifica suas ofensivas e cria a organização civil denominada Clube da Lanterna, em agosto de 1953. O clube contava com parlamentares (usualmente da UDN) e opositores de Vargas, em sua maioria ligados a Lacerda. Apesar de negar sua participação, Lacerda teria se aproveitado da entidade devido ao total apoio dos membros à sua candidatura para a Câmara Federal no ano seguinte. Os constantes ataques do clube ao presidente da República também contribuíram para o enfraquecimento de bases aliadas (DULLES, 2000; MENDONÇA 2002).

nenhuma autoridade democrática prescinde de certo carisma, além de criticar a usual associação entre carisma e autoritarismo. Para ele, o *lacerdismo* surge com uma percepção do poder de abalar governos e instituições através das palavras, mas se consolida pelos resultados concretos de uma gestão racional e voltada às obras públicas. Sua definição contempla as duas identidades encontradas na literatura: o "Demolidor de Presidentes" e o "Construtor de Estado". No que define como lado positivo dos fenômenos derivados do carisma, Lacerda ressalta o desejo de inspirar um espírito de resistência no povo[6]. No que define como lado negativo estaria a interpretação errônea das motivações do líder no imaginário popular.

> Houve muita gente que [...] não compreendeu por que tomei uma posição decididamente anticomunista [...]. Muitos confundiram minha posição com reacionarismo, enquanto que outros acharam ótimo eu ser reacionário. Acho que ambos os lados se enganaram [...]. Como considero o comunismo um movimento antidemocrático, não meço o meu grau de amor, de dedicação e de sinceridade democrática pela maior ou menor complacência que eu tenha para com os comunistas, como, da mesma forma, sempre agi em relação aos fascistas. Evidentemente, acho que são incompatíveis com a democracia, o que não os impede de viver, de ter suas idéias e de tentar convencer o povo de que suas idéias são as melhores (LACERDA, 1978, p. 223-224).

Mendonça (2002) não sistematiza ou descreve o *lacerdismo*. Um dos trechos mais esclarecedores de sua obra fala sobre:

> Essa corrente, que jamais se configurou como um movimento político popular – ao contrário do "janismo" e do "ademarismo", e que reunia um pequeno grupo de seguidores incondicionais de Lacerda, era composto sobretudo de representantes dos segmentos mais reacionários das Forças Armadas e das camadas médias do Rio de Janeiro, sem nunca encontrar maior ressonância no conjunto da sociedade (MENDONÇA, 2002, p. 367-368).

Tal consideração vincula o fenômeno ao líder, reforçando o caráter personalista e carismático. Adiante, a autora comenta que as práticas de Lacerda seriam baseadas no golpismo, no moralismo acerbo e numa incontrolável ambição pelo poder. Apesar das semelhanças com o quadro trazido por Chaloub (2013), temos também certa negação da amplitude do fenômeno. Por fim, Mendonça (2002) se apropria da crítica de Afonso Arinos de Melo Franco, para quem Lacerda seria o oposto das causas para as quais seus discursos mobilizam o público.

Para Dulles (2000), o *lacerdismo* se identificava tanto à ideologia de Lacerda quanto à sua atuação de governador, enquanto se aproveitava de inaugurações de obras públicas para ampliar seu capital político. Esse breve comentário soma-se ao uso instrumental da imprensa por e contra Lacerda, ampliando o papel dos meios de comunicação[7] e sinalizando um aumento recíproco na virulência dos discursos

6 Tal definição se assemelha à do ex-deputado udenista Raul Brunini (MOTTA, 1997), o que pode sinalizar uma definição endógena, gestada no circuito social próximo de Lacerda entre indivíduos que comungavam dos mesmos mitos políticos. Definição semelhante também pode ser encontrada em Motta (2005) e Perez (2007).

7 O termo "meios de comunicação" pode compreender ambientes, conexões, operações, procedimentos, suporte material, instrumentos, artefatos e técnica. O comentário de Dulles (2000) nos permite trazer à categoria também as obras públicas apropriadas por Lacerda como veículos de

em meio à polarização política. Se Lacerda buscava fomentar os conflitos, conforme a hipótese de Delgado (2006), esse aumento recíproco da virulência nos permite avaliar sua estratégia como bem sucedida. Dulles (2000) também dedica todo um subcapítulo à ascensão do *lacerdismo* nos idos de 1965, quando novamente o político se apropria da imprensa para fazer graves denúncias contra a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) e ao então presidente Castello Branco. O episódio trouxe rupturas com antigas alianças de imprensa (*O Estado de São Paulo*, *O Globo*) e ganhos eleitorais conforme uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) naquele ano. Essa postura também trouxe perdas e ganhos junto à UDN. A Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, que prorrogava o mandato de Castello Branco, foi iniciativa dos senadores udenistas João Agripino e Afonso Arinos, já que entre os setores mais liberais do partido havia certo receio de que Lacerda, se eleito, seria um ditador. Na contramão, também em 1964, Lacerda foi eleito candidato do partido por uma vitória esmagadora na convenção de novembro (BENEVIDES, 1981).

Uma síntese das contribuições abordadas nos traz o *lacerdismo* como uma cultura política marcada pela forte vinculação a Lacerda, visto como excepcional orador e ferrenho oposicionista, explicitando assim o personalismo e a dominação carismática. A instrumentação dessa oratória se daria pelo uso amplo dos meios de comunicação, construção de inimigos bem definidos, discurso moralizante e maniqueísta, exaltação da exceção como sanadora dos vícios institucionais, paternalismo de elites esclarecidas sobre as massas, priorização das questões nacionais às locais e uma atuação política mais pragmática que programática. A preferência do eleitorado por esse modo de fazer política na década de 1960 se justificaria pela adesão das classes médias e altas da sociedade carioca a ideais de não-intervencionismo ou intervencionismo moderado, aceitação do capital estrangeiro como necessário ao desenvolvimento nacional, além de certa visão de mau uso da coisa pública que deveria ser disciplinado e moralizado por uma liderança forte.

É interessante retomarmos as considerações de Soares (1965), quando afirma que o *lacerdismo* seria um caso particular de um fenômeno mais geral, e também quando afirma que "*[o] moralismo é a questão ideológica da classe média urbana e a UDN urbana fez dele sua bandeira. O liberalismo econômico e o anticomunismo são outras orientações ideológicas da classe média urbana no Brasil*" (SOARES, 1973, p. 204). Benevides (1981) aponta a dificuldade de estabelecer critérios adequados e funcionais de "classe" no contexto brasileiro entre 1945 e 1965, mas concorda com Paulo Sérgio Pinheiro, para quem as classes médias urbanas seriam elitistas, civilistas, agraristas, anti-industrialistas e anti-intervencionistas, com tendência a apoiar a mudança da estrutura social a partir de golpes de Estado enquanto barram intervenções populares no processo político. O temor à proletarização da sociedade, o bacharelismo e o golpismo udenista seriam compatíveis às demandas dessas classes. Todavia, embora a maioria da base eleitoral udenista fosse de classe média urbana ou da oligarquia rural, a maioria da classe média urbana não era necessariamente

propaganda política. Um histórico das obras públicas durante o governo de Lacerda (1960-1965) pode ser consultado em Perez (2007).

udenista, o que talvez seja aplicável ao *lacerdismo*. Dessa forma, podemos dizer que Lacerda apenas simbolizava, representava e insuflava demandas já vigentes e convergentes de certas parcelas do eleitorado.

Entre as diversas contribuições apresentadas, se tomarmos o *lacerdismo* como fenômeno particular, alguns problemas se evidenciam na diacronia histórica. As mudanças de conjuntura implicam em quebras de vínculo entre o oposicionismo ferrenho e outros fatores. Casos exemplares surgem ao compararmos a postura de Lacerda quanto à instrumentalidade da violência, da exceção e do capital estrangeiro após o golpe de 1964. A já citada frustração do tribuno quanto às expectativas de alcançar a presidência da República resulta numa ruptura com o governo militar e numa aliança com seus antigos desafetos políticos, entre os quais estavam Jânio Quadros, João Goulart e Juscelino Kubitschek. O episódio que culminara na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 1968, resulta também num manifesto de Lacerda com sérias críticas à violência institucional contra os estudantes e por uma revolução através da educação e do voto (CHIRIO, 2012; DULLES, 2000), algo paradoxal se comparado à dura repressão política na Guanabara durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, quando Lacerda era governador do estado (DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002). Após 1964, também abundam declarações nacionalistas de Lacerda contra uma submissão dos interesses nacionais ao capital estrangeiro (CHIRIO, 2012; DULLES, 2000), em contraste com sua gestão estadual que fizera amplo uso de recursos estadunidenses através do programa *Aliança Para o Progresso* (PEREZ, 2007).

Desse modo, entre a sincronia e a diacronia histórica, podemos atribuir pesos distintos às variáveis constituintes de uma definição formal de *lacerdismo*, tendo inclusive duas abordagens possíveis sobre o termo: [I] um *lacerdismo* mais amparado no carisma e na identificação pessoal com o líder, para o qual as posições e tomadas de posição políticas e econômicas são cambiáveis; e [II] um *lacerdismo* mais amparado em posições e tomadas de posição políticas e econômicas, para o qual o carisma e a identificação pessoal com o líder podem ser forte e sumariamente desvalorizados pela quebra de uma deontologia. Este segundo tipo é convergente com o que trazem Chirio (2012) e o próprio Lacerda (1978) quando comentam sobre bases lacerdistas durante o regime militar. Ademais, as incoerências do jornalista e político ao longo do tempo não são apenas objeto de debates posteriores, conforme nota-se pela publicação do livro *Carreirista da Traição*, de Epitácio Caó (1959), que compila fragmentos de textos escritos por Lacerda ao longo da década de 1950 e os justapõe, visando explicitar suas contradições. Uma vez questionado sobre o livro, Lacerda se defendeu:

> [O]s acontecimentos mudam, a coisas mudam de aspecto. E só realmente uma pessoa obstinada ou vaidosa é que não reconhece quando as coisas mudam. O que peço a Deus é que me conserve exatamente essa capacidade de parecer incoerente, quer dizer, de elogiar o sujeito quando o sujeito me parece que está fazendo coisa certa e, amanhã, espinafrá-lo quando me parece que ele está fazendo a coisa errada. Agora, se você juntar as duas coisas, você é que parece incoerente. O incoerente é ele! Nesse livro há muitas coisas desse gênero. Jânio Quadros, por exemplo: o Jânio apareceu como um sujeito disposto à vassoura, disposto a fazer um grande governo.

> Depois mostrou o contrário. Quem é o incoerente? Eu que o elogiei quando ele parecia bom e o ataquei quando ele ficou ruim? Ou foi ele, que parecia bom e ficou ruim? Incoerente seria eu se continuasse a elogiá-lo (LACERDA, 1978, p. 404-405)

A resposta de Lacerda evidencia uma das variáveis constituintes de uma eventual definição de *lacerdismo*: a visão da política mais pragmática que programática, decerto incompatível com uma deontologia política.

É importante salientarmos que as duas abordagens possíveis sobre o fenômeno não são exclusivas, podendo coexistir no ideário de um mesmo indivíduo ao longo do tempo ou entre indivíduos distintos num mesmo momento. Nossa preferência pelos "tipos ideais" de Weber (2012) deriva da consciência de que a realidade social, por sua infinitude, não é passível de conceituação, mas é passível de ser simplificada em construções lógicas visando certa compreensão da realidade em si. E se o *lacedismo* carrega consigo a polissemia e o ruído, implicando em certa variação de significado, também é interessante relembrarmos da estabilidade semântica das variações de "Demolidor de Presidentes", evidenciando que a trajetória e a atuação política de Carlos Lacerda permitem tanto verificações semasiológicas quanto onomasiológicas para quem se interesse em história dos conceitos (THIRY-CHERQUES, 2012).

Considerações Finais

Nosso breve balanço bibliográfico traz diferentes enfoques sobre o que seria o *lacerdismo* enquanto cultura política, ou seja, como sistema de representações sobre uma visão de mundo e do passado que se manifesta em discursos, símbolos, rituais e formas de atuação política.

Compilando-se as contribuições de diversos autores, sobressaem o aspecto personalista e de forte vinculação ao líder carismático, calcado numa veneração extracotidiana ao caráter exemplar de "homem providencial" para as situações de crise, por vezes gestadas ou insufladas pelo próprio Carlos Lacerda. Tal veneração partiria de crenças na excepcionalidade de sua oratória e nas suas formas de fazer oposição política, mediante amplo uso dos meios de comunicação e discursos maniqueístas e moralizantes, com inimigos bem definidos, culminando em diagnósticos que traziam a exceção e a condução das massas por elites esclarecidas como providências necessárias para a consecução de objetivos políticos, que mesclavam o local ao nacional.

Convergente com a própria dominação carismática, enfatiza-se uma atuação política mais pragmática que programática, o que traz certo conflito com as pesquisas empíricas conduzidas por Soares (1965). Se a preferência eleitoral de certos estratos sociais por Lacerda derivava da adesão das classes médias e altas a ideais de menor intervencionismo, aceitação do capital estrangeiro e percepção de uso indevido da administração pública que necessitava de disciplina, temos uma feição bem mais programática e compatível com o conservadorismo político de maneira ampla, não restrito ao *lacerdismo* enquanto fenômeno particular.

A partir de nossas observações, podemos apontar duas abordagens possíveis e não exclusivas sobre nosso objeto de interesse, cada qual conceituada e apresentada de maneira mais ou menos instrumental para se encaixar em discursos específicos: um *lacerdismo* mais personalista e carismático, que aceitaria certa cambialidade entre ações e decisões políticas e econômicas; e outro *lacerdismo* mais deontológico, que aceitaria certa desvalorização e esvaziamento da figura do líder a partir de sua ruptura com determinados ideais. Ressaltamos que a adesão de cada indivíduo ao fenômeno ou ao líder pode ocorrer com graus variáveis de dominação carismática ou deontologia política e econômica, de modo que um mesmo indivíduo poderia alternar entre as duas formas de adesão ao longo do tempo ou indivíduos distintos poderiam apresentar motivações divergentes para seu apoio a Lacerda num mesmo momento histórico.

Referências

BARROS, José D´Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquisa. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CAÓ, Epitácio; LACERDA, Carlos. **Carreirista da traição**. Rio de Janeiro: Editora Panfleto, 1959.

CHALOUB, Jorge. Dois Liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o Consenso e o Conflito. **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n. 7, p. 294-311, 2013. Disponível em: http://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38670/22173. Acesso em: 23 fev. 2020.

CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 61, n. 4, p. 385-428. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/001152582018163. Acesso em: 23 fev. 2020.

CHALOUB, Jorge. A banalidade do mal na política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 84, p. 32-41. 2019. Disponível em: https://www.insightinteligencia.com.br/pdfs/84.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). **Locus: Revista de História**, v. 12, n. 2, p. 137-153, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20647/11060. Acesso em: 14 fev. 2020.

DIÁRIO DO PARANÁ. Implicação da Renúncia de Lacerda na Política Regional Paranaense. **Diário do Paraná**, Curitiba, 9 out. 1965. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/761672/55367. Acesso em: 11 mar. 2020.

DUARTE, J. De Venceslau a Jango. **Folha de Nanuque**, Nanuque, 26 jul. 1963. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/829633/84. Acesso em: 11 mar. 2020.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. 3. ed. trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 1.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. trad. Daphne F. Rodger. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 2.

GUIMARÃES, Maikio. **Caso Última Hora**: a crise que mudou o curso da história. Porto Alegre: BesouroBox, 2011.

LACERDA, Carlos. **Depoimento** - Carlos Lacerda. (org.) Cláudio Lacerda Paiva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer**: O Corvo e o Bessarabiano. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. 2. ed. Códex: São Paulo, 2002.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. In: SIMSON, Olga R. de Moraes von (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 109-120.

MOTTA, Marly Silva da. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 351-376, 1999. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2103. Acesso em: 20 fev. 2020.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 25-72, mai. 2005. Disponível em: http://hdl.handle.net/10438/6773. Acesso em: 20 fev. 2020.

MOTTA, Marly Silva da *et al*. **Política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara**: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, v. 1, n. 4, p. 49-70, set. 1965.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**: Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

THIRY-CHERQUES**,** Hermano R. **Conceitos e definições**: o significado da pesquisa aplicada nas ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TRIBUNA DA IMPRENSA. A desorientação do sr. Carlos Lacerda. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 26 abr. 1965, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/20388. Acesso em: 07 mai. 2020.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa, 4. ed. 3. reimpr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. v. 1.

Recebido em novembro de 2020.
Aprovado para publicação em setembro de 2021.